

Nº 431 - FEVEREIRO, 26º ANO

2024

**BOLETIM
INFORMATIVO**
**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARÁ**



ESAP@PGE.PA.GOV.BR

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos, Belém/PA.

Nº 431 – FEVEREIRO DE 2024, 26º ANO

EDITORIAL

Olá!

A Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (ESAP-PGE/PA) prosseguiu com suas atividades institucionais no mês de fevereiro, que incluiu vários eventos para o público interno e externo.

No dia 2 de fevereiro ocorreu a reunião do grupo de trabalho “Qualidade de Vida no Trabalho”, com o objetivo de avaliar as ações necessárias para criar um ambiente de trabalho saudável e humanizado dentro da PGE/PA.

No dia 6 de fevereiro foi realizada a palestra “Projeto de Vida: técnicas para estabelecer objetivos e metas para aumentar a produtividade”, pelo Procurador do Estado Graco Ivo Alves Rocha Coelho. O evento está inserido nas ações direcionadas à qualidade de vida e saúde mental no ambiente de trabalho da PGE. A realização do evento ocorreu em modalidade híbrida e o acesso foi ao público em geral.

TREINAMENTO
“PROJETO DE VIDA: TÉCNICAS PARA
ESTABELEÇER OBJETIVOS E METAS
PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE
E A QUALIDADE DE VIDA”

INSTRUTOR: GRACO IVO ALVES ROCHA COELHO

06 DE FEVEREIRO DE 2024
9h30 ÀS 11h30

AUDITÓRIO DA PGE

MODALIDADE: HÍBRIDA
PÚBLICO ALVO: PÚBLICO GERAL



CORAL DA PGE

INSCRIÇÕES
ABERTAS

MAESTRINA: PROF. DRA. MÁRCIA ALIVERTI

1º ENSAIO
23 DE FEVEREIRO, 14h ÀS 16h

AUDITÓRIO DA PGE

ENSAIOS ÀS SEXTA-FEIRAS, DAS 14H ÀS 16H



No dia 23 de fevereiro foi ministrada a oficina “Aspectos Práticos do Controle de Legalidade da Contratação pela Consultoria Jurídica: Cautelas para assegurar a higidez do certame” pelo Procurador do Estado Jobson de Oliveira Pereira. A oficina buscou ensinar as boas práticas para serem utilizadas em contratos públicos, modificados recentemente pela Nova Lei de Licitações. Foi um evento em modalidade híbrida com o público alvo de consultores jurídicos, analistas e assessores jurídicos.

Ainda no dia 23 aconteceu o primeiro ensaio do Coral do PGE/PA, conduzido pela maestrina Márcia Aliverti. Nesse primeiro momento, foi definido o tipo de coral que a instituição vai consolidar, assim como investigado o perfil de voz de cada participante. Foi um evento em modalidade presencial apenas para público interno.

No dia 26 de fevereiro ocorreu o treinamento “Ferramentas de Inteligência Artificial na Advocacia Pública” conduzido pela Procuradora do Estado Lilian Haber. O treinamento visou apresentar as novas tecnologias de inteligência artificial e adequá-las para uso nas atividades da PGE. Ofertado apenas sob a modalidade presencial, exclusivo para os procuradores.

No campo da legislação federal, destaca-se o Decreto nº 11.912, de 06 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a manutenção e a revogação da qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento e sobre a exclusão de unidades de conservação do Programa Nacional de Desestatização.

Na esfera estadual, a legislação em destaque é o Decreto nº 3.704, de 09 de fevereiro de 2024, que altera o Decreto Estadual nº 2.787, de 29 de novembro de 2022, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica.

No que tange aos normativos internos da PGE/PA, destacamos a Ordem de Serviço nº 01/2024 do Gabinete da PGE, que trata da consolidação da atuação na Procuradoria do Contencioso Administrativo (PCAD), no âmbito das autarquias e fundações públicas estaduais.

Também é importante mencionar a Resolução nº 01/2024 do Comitê Acadêmico da ESAP, de 07 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre os valores das despesas diretas e indiretas envolvidas na realização de cursos de capacitação sob demanda ofertados pela Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (ESAPPGE/PA).

Em relação à jurisprudência, cabe destacar o Recurso Extraordinário nº 1.279.765/SC que decidiu pela constitucionalidade da aplicação do piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, aos servidores estatutários dos entes subnacionais, em consonância com o art. 198, § 5º, da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 63/2010 e nº 120/2022, cabendo à União arcar com os ônus da diferença entre o piso nacional e a legislação do ente municipal.



18 VAGAS

TREINAMENTO
**“FERRAMENTAS DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA
ADVOCACIA PÚBLICA”**

INSTRUTORA: LILIAN MENDES HABER

26 DE FEVEREIRO DE 2024
9h ÀS 11h

SALA DE TREINAMENTO DA PGE

MODALIDADE: PRESENCIAL
PÚBLICO-ALVO: PROCURADORES DO ESTADO DO PARÁ

APEPA ESAP PGE GOVERNO DO PARÁ POR TODO O PARÁ

Ainda no STF, importante mencionar o julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.017.365/BA, que definiu, em síntese, que a proteção constitucional aos direitos originários sobre as terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena independe da existência de um marco temporal em 05 de outubro de 1988 ou da configuração do renitente esbulho, como conflito físico ou controvérsia judicial persistente à data da promulgação da Constituição.

Neste mês, foram realizadas várias doações de livros para a PGE/PA. Agradecemos ao Procurador-Geral Dr. Ricardo Sefer pela doação do livro “Manual do Direito Tributário”, de Alves Batista Jr., assim como ao Dr. Bruno Chagas pela doação do livro “Por um mundo ecofeminista decolonial”. Adicionalmente, recebemos o livro “Mineração” assim como edições recentes das revistas do [Ministério Público do Rio de Janeiro, n. 89 - julh./set. 2023](#); da [Procuradoria-Geral de Santa Catarina v. 13, n. 1 - dez. 2023](#); [Bonijuris edição 686, v. 36, n. 1 - fev./mar. 2024](#) e a [Revista Direito e condomínio v. 10, n. 37 - fev./abr. 2024](#)., disponíveis em formato digital.

Boa Leitura!

SUMÁRIO

1 EDITORIAL	1
2 DOCTRINAS	5
2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	5
2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	5
2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	5
2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	6
2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	6
3 JURISPRUDÊNCIAS SELECIONADAS	7
4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO	11
5 DESTAQUES JURÍDICOS ESAP 2023	12
6 ACERVO DIGITAL ESAP	13
7 BIBLIOTECAS DIGITAIS	14
8 CURSOS INTERNOS YOUTUBE	16
8 EVENTOS E CURSOS INTERNOS	16
9 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS	16
10 SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS	19

DOCTRINAS

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO (ARTIGO 11 DA LEI Nº 8.429/92. ALTERADA PELA LEI Nº 14.230/21)

Gina Copola

ASSOCIAÇÃO CIVIL DE MUNICÍPIOS

Rodrigo Santos Neves

ADVOCACIA PÚBLICA E A NOVA LEI LICITAÇÕES

Rodrigo Santos Neves

OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA LEI LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (NLLC)

Delano Sobral Rolim

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

BENEFÍCIO FISCAL - LIMITES NORMATIVOS PARA SUA CONCESSÃO EM PRODUTOS FABRICADOS COM MATÉRIA-PRIMA RECICLADA

Adriano Vidigal Martins

VISTA DO INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS COMO PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS: CHAVE PARA O CONTROLE EXTERNO FINALÍSTICO SOBRE O FOMENTO VIA TRIBUTAÇÃO

Hendrick Pinheiro

A APLICABILIDADE DAS AÇÕES COLETIVAS NO DIREITO TRIBUTÁRIO

Lourenço Grieco Neto, Luana Sbeghen Bonomi, Nicole Grieco

TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA PELAS LENTES DAS TEORIAS REGULATÓRIAS ANÁLISE DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA E DA TEORIA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

A TUTELA DO DIREITO À CIDADE COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

Gilson José Julião

FEDERALISMO E MEIO AMBIENTE: PARÂMETROS JURÍDICOS PARA COMPETÊNCIAS

LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS

Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues, Othon Castrequini Piccini, Larissa Pereira Eiras

CONFLITO DE COMPETÊNCIA IPTU/ITU VERSUS ITR

Maria de Lourdes Silva

HIDROGÊNIO VERDE COMO UMA FONTE DE ENERGIA LIMPA E SUSTENTÁVEL

Benigno Núñez Novo, Maria do Socorro Freitas de Brito

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR E SUA APLICAÇÃO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Marco Antônio Pereira dos Santos, Aloísio Bolwerk, Layssa Gabrielly B. Garcia Ramos

SOBRE O CÁLCULO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: DA TEORIA DA DIFERENÇA A ASPECTOS PRÁTICOS DO APURAMENTO DOS LUCROS CESSANTES

Catarina Monteiro Pires, Antônio Barroso Rodrigues

PROVIMENTO CNJ Nº 100 DE 2020, ATOS NOTARIAIS DIGITAIS E SOLIDARIEDADE

Luís Dias Martins Filho, Jorge Renato dos Reis

O DIREITO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOBRE OS RECURSOS MINERAIS

Renato Campos Andrade

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

SIGILO, SEGREDO, TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EQUAÇÃO DA PRIVACIDADE E O EXEMPLO DA ESFERA LABORAL

Geralda Magella de Faria Rosseto, Luciane Cardoso Barzotto

O USO DA PROVA DIGITAL NO ÂMBITO DO PROCESSO DO TRABALHO

Maurício de Carvalho Góes, Luísa Brandt Hidalgo

A IMPORTÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA APLICAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

Rúbia Zanotelli de Alvarenga

A AUTOMAÇÃO DO TRABALHO PODE SER REGULADA?

Luiz Eduardo Gunther, Marco Antônio César Villatore, Adriana Calvo

JURISPRUDÊNCIAS SELECIONADAS

“

Recurso Especial 2074601/MG

Multiplicidade de Demandas Sobre a Matéria.

**Adequada Afetação como Representativo de Contróversia.
Pela Afetação do Presente Recurso como Representativo da
Contróversia.**

STJ

A possibilidade ou não de aplicação da nova lei de improbidade administrativa (Lei 14.230/2021) a processos em curso, iniciados na vigência da Lei 8.429/1992, para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, inclusive a previsão de se incluir, nessa medida, o valor de eventual multa civil.

[JURISPRUDÊNCIA NA ÍNTEGRA AQUI](#)

“ **ProAfR no Recurso Especial 1993530/RS**
Processual Civil. Servidor Público Federal.
Inclusão no Cálculo do Adicional de Férias
e da Gratificação Natalina (13º Salário).

STJ

1. Delimitação da questão de direito controvertida: Definir se o abono de permanência integra as bases de cálculo do adicional de férias e da gratificação natalina (13º salário) dos servidores públicos federais.

2. Determinada a suspensão dos REsps e AREsps em segundo grau de jurisdição e/ou no Superior Tribunal de Justiça, adotando-se, neste último caso, a providência prevista no art. 256-L do RISTJ.

3. Recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, em afetação conjunta com o REsp n. 2.055.836/PR. ProAfR no RE 1993530 – RS

“ **Recurso Extraordinário 1279765/BA**
Direito Constitucional. Financiamento de gastos pessoais. Piso salarial para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

STF

É constitucional a aplicação do piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, instituído pela Lei 12.994/2014, aos servidores estatutários dos entes subnacionais, em consonância com o art. 198, § 5º, da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 63/2010 e 120/2022. Até o advento da Lei 9.646/2022, a expressão piso salarial para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias corresponde à remuneração mínima, considerada, nos termos do art. 3º, inciso XIX, da Lei 8.629/2014, somente a soma do vencimento do cargo e da gratificação por avanço de competências.

“ **Recurso Extraordinário 1.017.365/SC**
Direito Constitucional. Direito Agrário.
Terras Indígenas. Marco Temporal Indenizatório.

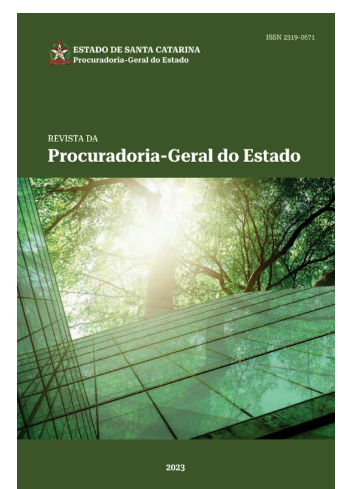
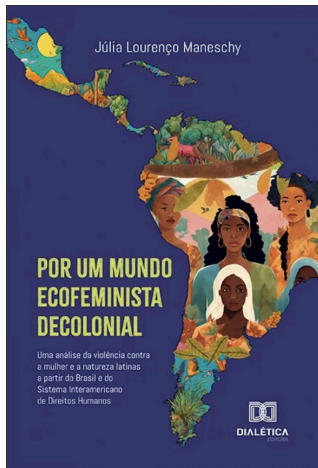
STF

Não há marco temporal para o reconhecimento de terras indígenas no ordenamento jurídico brasileiro, sendo reconhecidas todas as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas independente de estarem ocupando as respectivas terras durante a Promulgação da Constituição Federal de 1988. O uso realizado de boa fé a partir deste marco temporal é passível de indenização, com os atos e negócios jurídicos perfeitos sendo válidos.

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE FEVEREIRO

LEGISLAÇÃO NACIONAL - JANEIRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO ESTADUAL - JANEIRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO PGE/PA - JANEIRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – JANEIRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>

DESTAQUES JURÍDICOS ESAP - FEVEREIRO



ACERVO DIGITAL ESAP

- [LIVROS](#)
- [PERIÓDICOS](#)
- [ARTIGOS](#)

BIBLIOTECAS DIGITAIS

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

- Livros Eletrônicos



REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências

REVISTA DOS TRIBUNAIS
ONLINE®

LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas



ZÊNITE

- Periódicos; Legislações; Doutrinas.



EVENTOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO YOUTUBE - JANEIRO

EVENTO	MODALIDADE	DATA	LINK
PROJETO DE VIDA - TÉCNICAS PARA ESTABELECEER OBJETIVOS E METAS PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE.	HÍBRIDO	06/02/2024	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR
ASPECTOS PRÁTICOS DO CONTROLE DE LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO PELA CONSULTORIA JURÍDICA	HÍBRIDO	23/02/2024	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR

EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	07,14, 21/03/2024	ESAP
DESUVENDANDO O LABIRINTO DA VIDA MODERNA: MULHERES PLURAIS EM BUSCA DE EQUILÍBRIO E FELICIDADE	HÍBRIDO	08/03/2024	ESAP
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO GT DE DIVERSIDADE E IGUALDADE	HÍBRIDO	11/03/2024	ESAP
SEMINÁRIO “DIREITO AMBIENTAL: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS	HÍBRIDO	18/03/2024	ESAP

EXCEL E GOOGLE SHEETS (SALA DE TREINAMENTO)	PRESENCIAL/ EVENTO FECHADO	18/03/2024 À 02/04/2024	ESAP
<u>OFICINA INSTITUCIONAL FEEDBACK: COMO COMUNICAR E CRESCER</u>	PRESENCIAL/ EVENTO FECHADO	18 A 21/03/2024	ESAP/DEXTRO
<u>MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES 2024: PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E CONDUTAS VEDADAS AO AGENTE PÚBLICO EM ANO DE ELEIÇÕES MUNICIPAIS</u>	PRESENCIAL/ EVENTO FECHADO	20/03/2024	ESAP
<u>MINICURSO “ELABORAÇÃO DE EMENTAS E INDEXAÇÃO DE PARECERES JURÍDICOS”</u>	HÍBRIDO	25/03/2024	ESAP

EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
A PESQUISA E A ESTIMATIVA DE PREÇOS NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021, A IN Nº 65/2021 E O TCU	ONLINE	15 E 16/04/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
SENALIC - SEMINÁRIO NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	PRESENCIAL	24 A 26/04/2024	CAPACITY TREINAMENTOS	ACESSE AQUI
MÉTODOS DE SOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS E A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:	ONLINE	07 A 10/05/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI

CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM				
II CONGRESSO INTERNACIONAL: SUSTENTABILIDADE, AMBIENTE E DIREITOS FUNDAMENTAIS - II CONISAF	HÍBRIDO	08 A 09/05/2024	IBEROJUR /UNAMA	ACESSE AQUI
ADVOGADOS PÚBLICOS E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES – TEMAS E NOVIDADES QUE DEVEM SER CONHECIDOS POR ASSESSORES, PROCURADORES JURÍDICOS E PROFISSIONAIS DO CONTROLE	ONLINE	15 A 17/05/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS + SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – NOVIDADES, ATUALIDADES E POLÊMICAS	ONLINE	20 A 24/05/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
PREGÃO ELETRÔNICO NA LEI Nº 14.133/2021: RITO PROCEDIMENTAL E OPERAÇÃO CONFORME A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/2022	ONLINE	21 A 24/05/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI
XIX FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA — FBCGP	PRESENCIAL	22 A 24/05/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI

IX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	PRESENCIAL	23 E 24/05/2024	OAB	ACESSE AQUI
XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL JURISDIÇÃO E PROCESSO CONSTITUCIONAL – EM HOMENAGEM A NELSON NERY JR	HÍBRIDO	30 A 31/05/2024	Escola Brasileira de Estudos Constitucionais – EBEC	ACESSE AQUI
1º ENCONTRO NACIONAL JUDICIÁRIO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	ONLINE	06,07, 10 A 13/06/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
XIII JORNADAS IBEROAMERICANAS DE FINANCIACIÓN LOCAL	PRESENCIAL	11 E 12/09/2024	UFPA/ AIFIL/ CEPAL / BID	ACESSE AQUI

[PORTFÓLIO DE CAPACITAÇÕES 2024 JML](#)

SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS

- **ESCOLA VIRTUAL DO GOVERNO**
(<https://www.escolavirtual.gov.br/>)
- **ESCOLA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**
(<https://www.defesadoconsumidor.gov.br/escolanacional>)
- **CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)**
(<https://www.cnj.jus.br/formacaoecapacitacao/cursos-abertos/>)
- **SENADO**
(<https://saberes.senado.leg.br/course/index.php?categoryid=134>)

- **FGV ONLINE**
(https://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/?goback=.gde_1876153_member_208379733)
- **FUNDAÇÃO BRADESCO**
(<https://www.ev.org.br/cursos>)
- **ESAF – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**
(<https://antigomoodle27.enap.gov.br/course/index.php?categoryid=13>)

Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP

Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Luciano Júnior Silva da Silva, Ellen Cristina, Camilly Ribeiro, Landara Serrão Mendes, Marcíria de Almeida, Gabrielle Viana Daibes e Carlos Eduardo Ricarte.

Fechamento desta edição: 29/02/2024

